

## A POLÍTICA DE INCLUSÃO PARA POPULAÇÕES EM SITUAÇÃO DE RUA NO BRASIL E O DESAFIO DA INTEGRALIDADE

\*  
Jane Cruz Prates  
\*\*  
Flávio Cruz Prates  
\*\*\*  
Graziela Oliveira do Rosário  
\*\*\*\*  
Vanessa Azevedo  
\*\*\*\*\*  
Gabriel Prates  
\*\*\*\*\*  
Rodrigo dos Santos Nunes

**Resumo:** O presente artigo versa sobre a realidade de sujeitos em situação de rua, aportando dados nacionais e internacionais sobre suas características e vulnerabilidades. Aborda o desafio da materialização da Política para inclusão de populações em situação de rua, (Brasil, 2008) que tem como principal característica uma formulação que, desde a sua origem, pauta-se pela integralidade. A avaliação da política é parte de estudo em curso de realização que conta com apoio do CNPq e também compõe estudo mais amplo intitulado Diálogos em Rede, a partir de parceria com a Secretaria Nacional de Direitos Humanos.

**Palavras-chave:** populações em situação de rua, políticas públicas, integralidade.

### 1. INTRODUÇÃO

O contexto brasileiro mostra as condições culturais e a gênese da identidade subalternizada que historicamente caracterizou o seu povo, resultado de uma herança colonialista, patrimonialista, e escravocrata, agravada pelos extensos períodos de ditadura e coerção, fazendo com que os processos de participação, e conseqüentemente a qualidade do debate público, fossem fragilizados e inibidos, enquanto práticas cotidianas, ao longo da história do país.

A breve reconstituição dessa gênese é fundamental para explicar o contexto que verificamos no tempo presente e suas contradições, entre as quais a fragilidade da sociedade brasileira em exigir seus direitos, ocupar seu espaço em fóruns de participação popular, valorizá-los e ampliá-los pela via da pressão social.

---

\* Assistente social, Professora da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Pesquisadora do CNPq – Produtividade em Pesquisa 2 – Coordenadora do Grupo de Pesquisa sobre Teoria Marxiana, Ensino e Políticas Públicas. **E-mail:** jprates@pucls.br

\*\* Advogado, mestre em Ciências Criminais, doutor em Serviço Social, professor da Faculdade de Direito da PUCRS, pesquisador colaborador do GTEMPP. **E-mail:** flavio.prates@pucls.br

\*\*\* Assistente Social. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. E-mail: grazirosario@gmail.com.

\*\*\*\* Assistente Social. Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. E-mail: vanessalazevedo@hotmail.com

\*\*\*\*\* Graduando em Jornalismo/Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS. Bolsista de Iniciação Científica. **E-mail:** gabriel\_cbl\_@hotmail.com

\*\*\*\*\* Assistente Social. Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. E-mail: rodrigo.s.nunes@hotmail.com

Como contraponto às políticas universalistas proposta pela Constituição (1988), temos as políticas de recorte neoliberal que apregoam a redução do Estado social, a reestruturação produtiva e flexibilização do trabalho, precarização dos espaços públicos, desmantelamento dos espaços de organização social, privatização de serviços públicos e redução de estruturas direcionadas para o social, que na contramão das conquistas recentes e em curso ainda de implementação, propõem o retrocesso histórico. Este retrocesso se caracteriza, além dos aspectos mencionados, pela criminalização dos movimentos sociais, pela reiteração, mesmo velada de estigmas e discriminações, e demais expressões de desigualdade que são deslocadas de suas raízes estruturais e sócio históricas.

Segundo Flavio Prates (2010) nos processos de discriminação existe uma invisibilidade de condutas pela ausência de um critério que justifique a exclusão de direitos, seja realizado de modo consciente ou inconscientemente. Já na estigmatização, um grupo pode ser distinguido por características como laços de identificação, a história, a linguagem, a tradição e a experiência comum que os diferencia do grupo geral e pelas quais, muitas vezes, é discriminado. Soma-se a estes processos a reedição de iniciativas como a refilantropização ou a transferência de responsabilidades que são do Estado para a sociedade civil, a privatização e redução inescrupulosa de políticas públicas fundamentais como saúde, assistência e educação a mera mercadoria.

O recrudescimento da questão social tem se agravado cada vez mais na contemporaneidade e suas expressões, embora a origem seja a mesma, manifestam-se de modos variados e em grande parte são ocultadas pelos processos de reprodução das desigualdades de toda a ordem, condicionando um empobrecimento material e simbólico da classe trabalhadora, em especial dos segmentos mais subalternizados. O desemprego estrutural, a precarização do trabalho, a convivência contraditória entre o alto desenvolvimento tecnológico e a manutenção de mazelas como a fome, a indignação, os processos de rualização, a violência, a desagregação de espaços de proteção e referência têm ampliado e complexificado as expressões da questão social exigindo novas formas de enfrentamento e preparação daqueles que contribuem para a sua materialização.

Nesse sentido é fundamental problematizar a priorização de uma racionalidade técnica, que relegou a ética a segundo plano, pois uma verdadeira razão ética não pode prescindir da sensibilidade.

Diz Chauí (2006) que a razão técnica é restrita aos especialistas, logo não pressupõe a participação dos cidadãos no poder. A ética pela perspectiva da racionalidade técnica é tomada como uma dispersão de éticas, ou seja, se pauta na ausência de qualquer referência à universalidade. A ética real é a justiça, diz a autora, é a liberdade. O sujeito ético é um ser consciente, racional, livre e autônomo, que decide ser e como ser responsável. E os valores assumidos só são livres e autônomos se não vierem da obediência, do comando e da pressão, porque autônomo é quem pode dar a si o comando da ação. (CHAUÍ, 2006). E por fim complementa afirmando que para conciliar o agente ético e os valores morais da sociedade, é preciso que o agente reconheça esses valores como instituídos por ele, portanto ética e democracia pautam-se pelo mesmo conjunto de valores (PRATES et al, 2012).

Apesar da evolução tecnológica, que efetivamente tem provocado saltos nas possibilidades de domínio de processos e conhecimentos, parecemos cada vez mais presos “às grosseiras necessidades”, como as definia Marx (1993), pois as condições materiais que deveriam propiciar menor desgaste para os trabalhadores e maior tempo para que investissem na qualidade de suas relações e no seu autodesenvolvimento, provocaram um abismo cada vez mais amplo entre pobres e ricos, entre os que devem produzir e os que podem usufruir dos bens socialmente produzidos, sejam eles materiais ou simbólicos.

## **2. O PROCESSO DE RUALIZAÇÃO, AS POLÍTICAS PÚBLICAS E O DESAFIO DA INTEGRALIDADE**

As políticas públicas, dentre as quais as que compõem o tripé da seguridade, vêm sendo aprimoradas, a partir da luta e do debate que têm se acumulado, especialmente nas últimas décadas no Brasil, no sentido de dar respostas, numa perspectiva contra hegemônica, aos nossos ainda baixos patamares de sociabilidade, o que também impõe novos desafios à materialização efetiva dessas políticas, se orientadas por uma perspectiva universalista e integral.

A integralidade pressupõe uma perspectiva que se pauta pela totalidade tanto nos processos de análise como de intervenção, logo requer o reconhecimento de sujeitos, famílias, grupos como unidades dialéticas, requer o reconhecimento de uma multiplicidade de áreas interconectadas tanto na gênese das desigualdades e suas refrações como nos modos para efetivar o seu enfrentamento. A integralidade

requer o alargamento do olhar a partir de processos interdisciplinares e a realização de diagnósticos, planos e ações intersectoriais. Este desafio, contudo, se contrapõe a lógica da fragmentação que caracteriza o sistema capitalista, a hegemonia de determinadas áreas do saber, o corporativismo de áreas do saber e setores que desenvolvem os serviços que materializam as políticas. Exige, portanto, antes de tudo um novo modo de ver a realidade e novas posturas para nela inserir-se (PRATES et al, 2011).

A partir da implantação da Política Nacional de Assistência Social – PNAS, em 2004, e do Sistema único de Assistência Social – SUAS, em 2005, houve, sem dúvida, um importante avanço nas alternativas para atendimento das populações em situação de rua.

Ao definir o público usuário, a PNAS, embora não mencione explicitamente o segmento população em situação de rua, ressalta seu direcionamento a sujeitos que vivenciam processos de subalternização e violação de direitos. Destaca-se que os diversos estudos realizados com esses sujeitos mostram que realizam estratégias de sobrevivência que podem representar risco pessoal ou social; o uso de substâncias psicoativas, inserção precária ou não inserção no mercado de trabalho, pobreza e dificuldades no acesso a políticas públicas, todos os aspectos ressaltados na PNAS como processos de vulnerabilidade social.

O SUAS, que busca normatizar a materialização da política em todo o território nacional a partir de níveis de proteção contempla o atendimento dos sujeitos em situação de rua apenas no nível da proteção especial. Estudos recentes de mestrado (ARAÚJO, 2012) problematizam a falta de alternativas no âmbito da proteção básica para inclusão dessa população, destacando a importância do caráter preventivo da política, previsto no texto legal e a ausência de um diálogo mais efetivo entre proteção básica e especial.

No que se refere à Proteção Especial, destinada a indivíduos e famílias com seus direitos violados, os agentes devem prioritariamente prestar atendimento às situações de risco e violação de direitos de crianças e adolescentes, tais como o enfrentamento ao abuso e exploração sexual, abandono, maus tratos, ameaças, violência doméstica, discriminações sociais e restrições a plena vida com autonomia e exercício de capacidades, trabalho infantil, crianças e adolescentes em situação de mendicância, e atendimento a adolescentes em cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto direcionando o foco das ações para a família com

vista a potencializar sua capacidade de proteção. Compõem a proteção social especial alguns serviços direcionados a sujeitos e famílias em situação de rua, tais como: abrigos, albergues, serviços de atendimento social de rua e repúblicas e casas de convivência recentemente reordenadas e transformadas em Centros Pop.

Estudos realizados com populações em situação de rua de âmbito nacional e internacional (VIEIRA et al, 1992; REIS, PRATES e MENDES, 1995, ROSA, 1995; ZLOTNICK e ROBERTSON, 1996, SNOW e ANDERSON, 1998; PRATES, REIS e ABREU, 2000; ABREU et al 1999, BULLA et al, 2004, PRATES et al, 2012, PRATES, PRATES e ARAÚJO, 2011, entre outros) mostram que embora múltiplos fatores condicionem os processos de realização, a fragilidade de vínculos, ocasionada por histórias marcadas pela violência, abusos, exploração, drogadição e privação de ordens diversas tem sido o principal motivo mencionado pelos sujeitos que os vivenciam.

Entende-se o processo de realização, não como um estado, mas como “movimento de aproximação/vinculação com a rua, um *continuum* de imbricação nesse espaço tornando-o elemento importante de referência, para constituição de identidade, o que acontece progressivamente”. (PRATES, PRATES e ARAÚJO, 2011).

O processo de desfiliação, explicitado por Paugam (2000), mostra esse mesmo movimento, que vai de um afastamento, passando pela ruptura com alguns processos e relações e chegando até ao isolamento, em algumas situações. A falta de apoio e de perspectivas acaba por reforçar a dificuldade de superação.

Dados da Pesquisa Nacional sobre Populações em Situação de Rua realizada no Brasil apontam que 31.922 sujeitos maiores de 18 anos fazem das ruas seu espaço de sobrevivência, o que atinge 0,061% da população total das 23 cidades acima de 300 mil habitantes e 23 capitais pesquisadas (BRASIL, MDS, 2008). Diversos estudos, nacionais e internacionais, apontam que este grupo heterogêneo, tem em comum, histórias de vida marcadas por sucessivas perdas, da família, do emprego, da casa, da autoestima, histórias atravessadas pela exclusão/inclusão precária, desqualificação e subalternidade, vivências marcadas pela violência, culpas, uso abusivo de álcool, e grande incidência de sofrimento psíquico. (REIS, PRATES e MENDES, 1995, ROSA, 1995; ZLOTNICK e ROBERTSON, 1996, SNOW e ANDERSON, 1998; PRATES, REIS e ABREU, 2000; ABREU et al 1999, BULLA et al, 2004, SCHUCH et al , 2008, PRATES et al, 2012, entre outros).

Conforme a pesquisa Nacional (Brasil, MDS, 2008) dizem os entrevistados que são vistos como: vagabundos, drogados, bêbados, e loucos essa é a visão da sociedade e até de muitos técnicos em relação à população de rua. No que concerne a possibilidade de reinserção produtiva, estudo de mestrado realizado por Faria (2007) mostra a interdição do acesso. A autora ao avaliar as possibilidades de trabalho para pessoas em situação de rua, na capital gaúcha, recebeu as seguintes respostas das agências de emprego em Porto Alegre: “[...] e eles trabalham?” “Como posso referenciar uma pessoa sem domicílio?” “Até poderia trabalhar como doméstica, mas sem endereço [...] e a aparência deles não é boa, melhor não perder o tempo deles nem o meu [...]” (FARIAS, 2007).

Em que pesem estas dificuldades, o trabalho é carregado de significados para as populações em situação de rua. A ideia de perda do trabalho é relacionada a perda de identidade, perda de condições de vida e de autoestima, como bem expressa um dos entrevistados “não ter trabalho é estar pesado, morto”. (ABREU et al, 1999).

No que tange as iniciativas públicas até então realizadas para atendimento dessa população, a pesquisa nacional aponta que as ações são restritas a atenções superficiais, que não investem no fortalecimento e autonomização dos sujeitos, o que demanda o reconhecimento da complexidade da problemática, o planejamento integrado e sua priorização enquanto intervenção realizada a partir de um conjunto articulado de políticas públicas de estado (BRASIL, MDS, 2008).

Estudos acadêmicos que avaliam a relação da Política de Assistência Social com outras políticas em especial as de inserção produtiva, saúde e habitação, reiteram a dificuldade de efetivação desse atendimento de modo integrado, onerando serviços, retardando ou impedindo o progresso de processos de autonomização dos sujeitos e perdendo, com isso, alcance e efetividade (OURIQUES, 2005, BORBA, 2005, FARIA, 2007)

Mais recentemente, um novo avanço se obtém, no Brasil, a partir da aprovação da Política Nacional para Inclusão de Populações em Situação de Rua, em 2008, que, vinculada a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, prevê já no seu delineamento, a participação ativa de múltiplas áreas, entendendo que para o enfrentamento dos processos de rualização são necessárias ações integradas de saúde, assistência, cultura, educação, etc., buscando contemplar a integralidade. Não só princípios e diretrizes são explicitados no documento, mas também ações

concretas a serem realizadas por cada área, incluindo processos de participação da população usuária, com vistas a estimular o seu protagonismo.

A Política também avança na caracterização desse segmento como aquele que “faz das ruas seu espaço principal de sobrevivência e de ordenação de suas identidades”, ou seja, para além do habitar o espaço da rua, o conceito ressalta o fato de terem a rua como referência. Assim defini a política os sujeitos beneficiários:

Grupo populacional heterogêneo, caracterizado por sua condição de pobreza extrema, pela interrupção ou fragilidade de vínculos familiares e pela falta de moradia convencional regular. São pessoas compelidas a habitar logradouros públicos (ruas, praças, cemitérios, etc.) áreas degradadas (galpões e prédios abandonados, ruínas, etc.) e ocasionalmente utilizar abrigos e albergues para pernoitar” (BRASIL, PNIPSR, 2008).

A Política para Inclusão das Populações em situação de Rua apresenta como Eixos, a articulação entre os níveis de governo (federal, estadual e municipal), a interdisciplinaridade e a intersetorialidade. Destaca como Princípios – a dignidade, a garantia da cidadania e dos direitos humanos, reconhecimento do direito ao usufruto da cidade, a não-discriminação, a supressão de qualquer ato violento ou vexatório, da reiteração de estigmas e preconceitos e como Diretrizes – a estruturação de rede uma de proteção incluindo as políticas de saúde, assistência social, habitação, geração de renda e emprego, cultura, sistema de promoção e garantia de direitos, sob a a articulação das Secretarias de Direitos Humanos, nos três âmbitos da federação. (Brasil, PNIPSR, 2008)

### **3. BREVES CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Política Nacional para Inclusão de Populações em Situação de Rua – PNIPSR, é um avanço, na medida em que já se delinea de modo interdisciplinar e intersetorial, buscando contemplar a integralidade, a partir do eixo articulador dos direitos humanos. Trata-se de uma política muito nova, cuja materialidade ainda encontra-se em curso de implantação nos municípios brasileiros, que tem como diferencial e fator a seu favor, além do aspecto inicialmente apontado, o fato de ter sido pautada em amplo estudo sobre o tema e debate em nível nacional, ouvindo especialistas, trabalhadores que atuam junto a esta população e sujeitos que habitam as ruas de cidades com mais de 300 mil habitantes no país. Mas o principal diferencial, é o fato de não estar localizada numa única área, mas permear um

conjunto de áreas estratégicas, atribuindo-lhes a mesma relevância, exigindo ações e um diálogo entre elas, a partir do segmento – população em situação de rua. Resta acompanhar sua materialização efetiva para o que os processos avaliativos e o controle social da sociedade são fundamentais. Os diferentes estudos analisados nos autorizam a pontuar alguns aspectos importantes a serem considerados nos processos de proteção e atenção à população em situação de rua, entre os quais se destaca: Investimento em processos de acolhimento que contemplem as aspirações e características dos sujeitos usuários, priorização ao atendimento à dependência química, direcionamento de investimentos sociais em regiões que concentram pobreza, de onde procedem estes sujeitos, buscando ações que os vinculem a sua comunidade, articulando recursos. É da mesma forma importante a oferta de alternativas de capacitação para o trabalho e inserção produtiva, a oferta de repúblicas transitórias e moradias como parte da política habitacional (sem segregação); a capacitação de trabalhadores para a oferta de serviços públicos de qualidade (estatais e da rede conveniada), a interface efetiva e sistemática entre as políticas públicas e delas com as demais instâncias para garantia de direitos.

A realização de Investimento em processos preventivos para evitar processos de rualização muito precoces é também fundamental (proteção a quem deve proteger) pois estudo com meninos e meninas em situação de rua (Reis e Prates, 2000) mostra que: 70% das crianças e adolescentes entrevistados relatam episódios de violência, abandono e maus tratos, 84% enfatiza a necessidade de conseguir dinheiro para auxiliar a família (trabalho, mendicância). Ressalta-se ainda a necessidade de articulação do estado e sociedade para a superação de estigmas e preconceitos junto ao imaginário social, a partir da socialização de pesquisas, realização de debates, uso educativo da mídia, formação de multiplicadores, entre outras iniciativas (PRATES, PRATES e MACHADO, 2011).

Por fim, esperamos que nossa indignação com a desigualdade e o reconhecimento de que isto é um problema estrutural e responsabilidade de todos nós, seja o primeiro passo para a transformação, afinal, podemos decidir coletivamente não mais conviver com ela e nos organizarmos socialmente de outro modo, invertendo a lógica do capital e dando prioridade ao ser humano, para tanto, como bem ressalta Marx (1993<sup>a</sup>) é preciso investir na melhoria das condições materiais de existência da população, pois é condição necessária para a transformação da consciência e não o inverso, como ressalta o pensador alemão.



## REFERÊNCIAS

- ABREU, Paulo B. et al. **Condições Sociais e de Saúde Mental de Moradores de Rua Adultos em Porto Alegre**. Relatório de Pesquisa. Porto Alegre: UFRGS/ PUCRS, 1999.
- BORBA, Marta. **O “louco de rua” e a seguridade social em Porto Alegre: da (in)visibilidade social a cidadania**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: PUCRS/FSS, 2005.
- BRASIL, MDS, **Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua**. Brasília, MDS, 2008
- BRASIL. **Política nacional para Inclusão Social da População em situação de rua**, Brasília, (MDS, 2008) <http://www.recife.pe.gov.br/noticias/arquivos/2297.pdf> acesso em 12/01/2011
- BULLA, Leonia C, MENDES, Jussara M. R, PRATES Jane C. **As múltiplas formas de exclusão social**. Porto Alegre, EDIPUCRS, 2004
- CATON, C, WYATT R.J., FELIX, A. et al. **Follow-up of chronically homeless mentally ill men**. Am. J. Psychiatry. 150/11: 1639-1642, 1993.
- CHAUÍ, Marilena **Ética: O Drama Burguês / Ética das Aparências**. DVD, Gerd Bornheim, 2006
- COHEN, C.I., KENNETH, S.T. **Homeless Mentally Ill or Mentally Ill Homeless** Am. J. Psychiatry. 149/6: 816-821, 1992.
- FARIAS, Vera Celina C de. **Possibilidades de inserção/reinserção produtiva dos moradores de rua no município de Porto Alegre**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, PUCRS, PPGSS, 2007
- MARX, Karl. **Manuscritos econômicos-filosóficos**. Boitempo.:2004.
- MARX, Karl.; ENGELS, Friedrich. **A Ideologia Alemã**. 4 ed. São Paulo: Martin Claret, 2005.
- OURIQUES, Ciberen. **Do menino ao jovem adulto de rua portador de HIV**. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre, PUCRS/FSS, 2005.
- PAUGAN, Serge. **Fragilização dos vínculos: uma dimensão essencial do processo de desqualificação**. **Revista Serviço Social e Sociedade**. São Paulo: Cortez, 1989. n. 60. 2000
- PRATES, Jane C. et al **Estudo avaliativo sobre a implantação da Política de Inclusão para Populações em Situação de Rua nas capitais do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina a partir da integralidade**, projeto de Pesquisa, Edital

Universal/CNPq, 2012<sup>a</sup>

PRATES, Flávio Cruz. **A igualdade formal e sua aplicabilidade prática: os descaminhos da dignidade atribuída ao negro brasileiro**. Tese de doutorado. Porto Alegre, PUCRS, PPGSS, 2010.

PRATES, J.C., REIS, C.N. e ABREU, P.A metodologia de pesquisa para populações de rua e as alternativas de enfrentamento pelo Poder Público Municipal. **Revista Serviço Social e Sociedade** n. 64. São Paulo Cortez, 2000.

PRATES, Jane C. PRATES, Flavio C e ARAÚJO, Simone M. Populações em situação de rua: os processos de exclusão e inclusão precária vivenciados por esse segmento. **Revista Temporalis**. Brasília, ABEPSS, 2011

PRATES, Jane Cruz et al. **A contribuição das IES da Região Metropolitana de Porto Alegre para a formação de assistentes sociais e psicólogos com vistas a sua inserção no SUAS**. Relatório de Pesquisa enviado ao CNPq, Porto Alegre, 2011.

PRATES, Jane C. et al. **As revisões curriculares na área do Serviço Social e o desenvolvimento de competências para inserção profissional no mercado de trabalho na Região Metropolitana de Porto Alegre**. Relatório de Pesquisa encaminhado ao CNPq. Porto Alegre, PUCRS/PPGSS, 2012.

REIS, C. Nelson dos, PRATES, J.C. (org) **Fragmentos de uma metrópole: meninos e meninas em situação de rua**, Porto Alegre, EDIPUCRS, 2000

REIS, C. Nelson dos, PRATES, J.C., MENDES, Jussara. **A realidade dos moradores de rua de Porto Alegre**. Porto Alegre: PMPA/FESC - FSS/PUCRS, 1995.

ROSA, Cleisa M. Maffei (org) - **População de Rua - Brasil e Canadá**, Ed. Hucitec, São Paulo, 1995.

SCHUCH, Patrice et al **Pesquisa sujeitos em situação de rua**. Porto Alegre, UFRGS/FASC, 2008.

SNOW, David; ANDERSON, Leon. **Desafortunados: um estudo sobre o povo da rua**. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

VIEIRA. M. A. (org) et al. **População de rua** : Quem é, como vive, como é vista. São Paulo: Hucitec, 1992.

YAZBEK, Maria Carmelita - **A Luta pela sobrevivência na cidade**. Os “homeless” ou “a população de rua”. in “A Luta pela Cidade em São Paulo”, Cortez, 1992.

ZLOTNICK, C., ROBERTSON M.J. **Sources of Income Among Homeless Adults with Major Mental Disorders or Substance Use Disorders**. *Psychiatric Services*. 47/2:147-151, 1996.